

Não tenho mais tempo, mas voltarei a esta tribuna para falar também sobre a questão da entrega da Floresta Amazônica e da entrega dos campos de pré-sal, do nosso petróleo, que estão sendo todos entregues ao capital internacional. Foi para isso que eles deram o golpe, para isso que eles estão se curvando diante do capital internacional, para acabar com a riqueza do povo brasileiro e fazer com que o povo brasileiro continue cada vez mais pobre, mais miserável e, infelizmente, cada vez mais submetido ao capital internacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 668/16.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento de inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 219, PL 860/16, passe a constar como item 1, renumerando-se os demais.

Em votação o requerimento.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, meu nobre amigo deputado Cauê Macris, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meu caro amigo, deputado Vaz de Lima, boa noite. Quero saudar também o ex-prefeito da cidade de Catanduva, irmão da deputada Beth Sáhão, um grande prefeito, que engrandeceu a história daquela cidade.

Na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, o meu amigo deputado Fernando Capez ocupou esta tribuna com o objetivo de manifestar a sua posição francamente favorável ao prefeito João Doria. Não sei o que o levou a essa condição. Já manifestei aqui, já expressei aqui a minha opinião a respeito do caráter do Sr. João Doria. Mas, o deputado Fernando Capez, ao defender o governo João Doria, parecia que ele estava descrevendo uma cidade maravilhosa, tendo ao fundo o rio Sena, torre Eiffel, Notre-Dame, a casa noturna Baccarat, uma cidade maravilhosa, sem buracos, sem engarrafamento da zona sul. O deputado Fernando Capez fez uma parábola para comparar Londres com São Paulo. Eu estava lendo o discurso dele, deputado Barros Munhoz, e fiquei em dúvida: será que é outra cidade a que o deputado Fernando Capez descreveu aqui? Aquelas passarelas cobrindo os lagos, os pombos da paz, coisa maravilhosa, lagos artificiais; buraco nenhum. Eu fiquei imaginando onde é que o meu amigo deputado Fernando Capez foi fazer esse quadro maravilhoso, onde ele foi retratar São Paulo? Eu estava lendo aqui e conclui que não existe lugar melhor no mundo. O Corujão da Saúde resolveu todos os problemas que existem aqui na Capital. O Corujão da Saúde, nem o hospital lá de Nova Iorque - não me recordo o nome, acho que é Manchester, não sei ao certo - com os professores que estabeleceram método novo no transplante de fígado, no transplante de rins se compara.

E o deputado Fernando Capez dizia então: “não há mais filas, não há mais nenhuma fila nesta cidade”. Aí vem o jornal “Folha de S. Paulo” e diz: “quase 300 dias para se marcar um exame, 300 dias; e não há fila aqui na Capital”. Em seguida o deputado diz que o sistema de transporte funciona de maneira extraordinária. Daí eu comecel a perguntar a mim mesmo: “qual o verdadeiro interesse do meu amigo, deputado Fernando Capez?” Eu custei a entender. Desculpe essa minha pauta de entendimento, essa minha ingenuidade. Eu não sabia aonde e quem ele queria apolar. Eu imaginava até que fosse o Dr. Geraldo Alckmin, que foi o criador do João Doria. O João Doria só é prefeito porque teve apoio de Geraldo Alckmin. Aí eu pensei o seguinte: o deputado Fernando Capez está fazendo um caminho para poder explicar para o povo paulista e brasileiro que no final o prefeito João Doria ia apoiar o governador Geraldo Alckmin, que ele não estava traindo ninguém. É o que eu imaginava que fosse. Então, eu comecei a imaginar: deputado Vaz de Lima, existe meio traidor? Existe meia gravidez? Existe pecha maior do que “traidor” na vida de um político? Vamos rever a história. Pitta, em relação...

Graças a Deus, chegou ao plenário meu amigo, deputado Fernando Capez. Sabe, deputado, agora vou ter que voltar um pouco para dizer que V. Exa. posouso no aeroporto Charles de Gaulle e partiu diretamente para Champs-Élysées, hospedando-se no Hotel George V. Ali, viu a nova São Paulo. Que cidade maravilhosa que é São Paulo via Paris. Logicamente, ilumina-da... À noite, vendo aquela iluminação da Torre Eiffel, ele se lembrou da São Paulo sem buraco e com Saúde, Educação e Transportes.

Mas onde está o prefeito? Quem sabe onde está o prefeito João Doria neste momento? Dizem alguns que está em Belo Horizonte. Outros dizem que ele foi a Franca prestar homenagem aos calçadistas. Dizem outros que ele está contando os buracos da cidade, que já chegaram a 1.450.000. Na semana que vem, o deputado Fernando Capez, meu amigo, virá de novo à tribuna perguntar: onde estão os buracos da cidade? Não mais existem... A questão da saúde está resolvida...

Mas eu estava falando em traição. O que é traição? Segundo Geraldo Alckmin - que não gosta de responder diretamente a essas coisas -, seu pai dizia que traição é questão de escolha. Digo eu, para ser mais direto: traição é questão de caráter. Será que o prefeito João Doria, se porventura mudar de partido, vai tirar de si a pecha de traidor ou vai levá-la com ele para a vida toda? Admite-se tudo - ou quase tudo - de um político, menos o estigma da traição. Nada dói mais num político do que ser traído.

Mas louvo o deputado Fernando Capez. Pelo menos, ele teve lado. Assumiu sua posição com dignidade, embora poeticamente. Seguramente, ele fez esse retrato de São Paulo ao pôr do sol. Quem imagina como é o pôr do sol parisiense? É lindo, deputado Enio Tatto, V. Exa. que conhece o Brasil inteiro e o mundo inteiro, já participou de cruzeiros marítimos...

Quero cumprimentar o deputado Fernando Capez por ter lado. Pampili, o poeta, dizia que o homem tem que ser como a lua: a lua pode ser cheia, minguante, nova ou crescente. Mas não se veem duas luas. E o homem não pode ter duas caras. Quero cumprimentar Fernando Capez por sua coragem de assumir. Mas, deputado, essa não é São Paulo; essa é a cidade retratada em prosa e verso pelo pensador e professor de direito constitucional...

Mas o que está acontecendo aqui? Estou encerrando, mas estou vendo uma discussão paralela aqui e entendo. Vou encerrar.

Salve o poeta, deputado Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, estive ouvindo atentamente este grande orador e grande amigo meu, deputado Campos Machado.

Eu só posso ficar feliz que o PSDB tenha Geraldo Alckmin, governador do maior e mais importante Estado da Nação, e o prefeito João Doria Júnior, prefeito da mais importante e maior cidade desta Nação, como possíveis candidatos à Presidência da República. Isso é um mérito do partido.

Agora, logo que entrei nesta Casa, aprendi que existe um tabu: um deputado nunca fala do partido do outro deputado. Eu mesmo, às vezes, ingenuamente, fui citar o nome de um partido e fui advertido: “Essa questão é interna do nosso partido”, disseram.

Mas o deputado Campos Machado tudo pode. Não apenas porque é o mais importante deputado estadual dos últimos 30 anos nesta Casa. O deputado Zico Prado, aqui presente, também é um deputado muito importante, mas o Campos Machado tem certas regalias.

Quando ele fala de outro partido, da questão interna de um partido, temos que respeitar, mas, acima de tudo, o deputado Campos Machado fala porque ele é um tucano de alma. É um tucano de coração. Ele está no PTB, mas é um membro do PSDB na posição avançada do PTB. O presidente do PTB é tucano de coração.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - O deputado Fernando Capez é curioso. É uma figura que merece ser analisada pela história. Disse-me que, em 2008, quando fui vice do Geraldo, ele participou ativamente da campanha.

Eu gostaria de indagar: quem viu o deputado Fernando Capez na campanha? Quem o viu? Aí ele me disse: “Eu, no dia da eleição, quando perdemos, estava lá”. Lá onde? Em pensamento podia ser. Ou espiritualmente.

Eu não me meto em questões tucanas. Até não gosto muito do PSDB. Gosto do governador Geraldo Alckmin, mas não tenho simpatia pelo PSDB, que não recolhe feridos.

Mas João Doria é prefeito da terceira maior cidade do mundo, deve ser exemplo de virtude, um exemplo para a juventude e para o nosso povo. Se ele não der o exemplo, quem vai dar?

Sabe, deputado Fernando Capez, cada vez que V. Exa. se manifesta, confesso-lhe, sinto que as lágrimas descem-me pelo rosto. Eu me emociono. Nunca vi tamanha dedicação a um ninho tucano. Na campanha ele não vai, mas no discurso está ali.

Eu não vi o deputado Fernando Capez na campanha de 2008, quando fui vice do Geraldo, mas ele jura de pés juntos que foi. Agora, como eu fico? Foi ou não foi?

Agora uma coisa é certa, deputado Cauê Macris, ele é um grande poeta, é um grande sonhador. É o maior decifrador de enigmas que existe neste Estado. Está decifrando o enigma João Doria.

Encerro dizendo que João Doria não é traidor. O traidor foi Jesus Cristo, não Judas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência suspende a sessão por dois minutos, por conveniência da Ordem.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 53 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 54 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos nossos trabalhos por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência coloca em votação o pedido de prorrogação. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado e prorrogado os nossos trabalhos por 30 minutos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu gostaria só de registrar a minha indignação, agora na comissão, com a presença do secretário Clodoaldo. Eu já tive a oportunidade de falar com o secretário, de que a nossa luta na zona leste era para que o metrô fosse até Cidade Tiradentes. Fizemos manifestações, reuniões no Metrô, reuniões com o secretário, e o que restou a nós foi que nós tivéssemos só o monotrilho até Cidade Tiradentes. Nesse processo todo, o governador já trouxe o metrô não para Cidade Tiradentes, mas para Iguatemi. Eles agora estão trazendo o metrô para o Colonial, chamando de Iguatemi.

Eles estão mudando o nome de um bairro. Está aqui o deputado Pedro Kaká que conhece lá tanto quanto eu. Eu nunca ouvi falar que o Colonial era Iguatemi, e agora eles estão falando que o metrô vai até Iguatemi, mudando o nome da estação. E, para piorar, o que é que os tucanos estão inventando? Que agora fica caro colocar o nome do bairro de Colonial porque pagaram uma empresa, e que isso saiu muito caro. Não pode mudar agora e que vai ter que chamar de Estação Iguatemi.

O que precisa é cobrar a empresa que fez essa consulta. A empresa que o Metrô pagou é que precisa ser a responsável. O Metrô pagou a empresa, que deu nome de bairro errado. Que empresa é essa? Nem o nome da empresa eles nos falam.

Esses tucanos têm uma capacidade até de mudar o nome de bairro para mudar o nome da estação. Estão cometendo um crime contra a população que mora lá há tantos anos. Estou dizendo isso porque estão falando que fica caro mudar o nome da estação para Colonial. Se isso sai caro, quem tem de pagar é o Metrô que pagou uma empresa incompetente para fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em votação o requerimento de inversão da Ordem do Dia.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar, para encaminhar o requerimento de inversão da Ordem do Dia.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aproveitar esse espaço de encaminhamento da inversão para, mais uma vez, expressar a minha indignação com o acontecimento ocorrido no Museu de Arte Moderna de São Paulo, no dia 28 de setembro, na abertura do evento. Havia ali uma exposição dita de arte, mas que de arte não teve nada. O que aconteceu ali, a meu ver, foi a prática de um crime.

Há poucos dias, tivemos em Porto Alegre, numa suposta exposição de arte promovida pelo Santander Cultural, algo que fazia apologia à prática de crimes - à pedofilia, à zoofilia, à pornografia, enfim -, denegrindo a fé cristã, aquilo que é sagrado, a religião católica, a hostia, enfim. Algo extremamente repugnante que feria e perturbava muitas pessoas, e que crianças foram ali participar. Um evento patrocinado pela lei Rouanet, com quase um milhão de reais.

Mas aqui em São Paulo foi mais longe. Aqui não foi uma apologia, mas, realmente, a prática de um crime. Houve a exposição de um homem nu deitado ao chão, com a sua genitalia de fora, de barriga para cima. Uma mulher passava tocando as suas pernas e, logo após ela, uma menina de quatro ou cinco anos tocando os pés daquele homem nu. Alguns aplaudindo.

Ali, foram cometidos vários crimes. A criança é protegida por lei. Nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que fala claramente que a criança deve ser protegida.

Eu quero exaltar a manifestação de todos da Frente Parlamentar Evangélica, em especial do deputado Paulo Correa Jr, do deputado André Soares, do deputado Gil Lancaster, do deputado Rodrigo Moraes, e dos deputados que nos acompanharam e estiveram conosco. Agora há pouco, nós estivemos no gabinete do procurador-geral de justiça de São Paulo, Dr. Gianpaolo Smanio, protocolizando um documento por nós assinado.

Nós esperamos que a justiça de São Paulo possa punir, no rigor da lei, todos os envolvidos, cada um na conduta e na proporcionalidade do seu crime. A veiculação de imagens de uma criança tocando em um homem nu; um homem nu segurando duas crianças e andando naquela exposição - isso é algo inaceitável em qualquer lugar do mundo.

O Brasil é signatário de vários acordos e convenções internacionais de defesa dos Direitos Humanos e, nesses acordos, garante-se a proteção à criança, não ao desenvolvimento de práticas pedófilas e que denigrem o nosso Estado.

Eu quero dizer da seriedade em que fomos recebidos pelo procurador-geral e também pela procuradora que cuida da defesa da mulher, da criança e do adolescente, a Dra. Valéria. Ela é uma grande ativista e participou, inclusive, da elaboração do crime de feminicídio, que está hoje tipificado no Código Penal.

Nós deixamos registrado o nosso posicionamento e recebemos do procurador a convicção de que o Ministério Público está atuando e o nosso documento vai encabeçar a peça de representação contra o Museu de Arte Moderna, o ator, a mãe da criança e todas as pessoas que expuseram aquelas crianças - e não somente aqueles que veicularam aquilo. Era um evento patrocinado com dinheiro público. Aliás, o recurso empregado ali foi bem maior que o recurso empregado em Porto Alegre, mais de um milhão de reais, também da lei Rouanet. Dinheiro público foi usado para patrocinar prática de crime contra as nossas crianças.

Nós devemos e temos a obrigação de defender as nossas crianças. Eu não posso aceitar que essa seja uma prática comum. Chama a minha atenção quando as pessoas dizem que ali estava sinalizado que havia um homem nu. O que é isso? Em que mundo nós estamos? Nós não estamos vivendo tempos passados, pelo contrário. Nos ônibus, existem práticas de homens expondo seus órgãos, desrespeitando as mulheres. Em tempos que esses homens merecem ser presos, nós vamos na contramão agora, achando que isso é uma prática normal.

Eu sinto muito, mas isso não cabe na minha cabeça, não cabe na cabeça de milhões e milhões de pessoas que, como eu, indignaram-se, que, como eu, acreditam ainda na Justiça, e sabem que tudo deve ter limites, principalmente o limite com as nossas crianças.

Eu não posso admitir que as crianças sejam expostas ao vitupério, à vergonha, à humilhação. Alguém já disse que a mãe estava ali, que havia consentimento da mãe, mas porque a maior prática de crime de pedofilia ocorre justamente na família? A mãe é responsável pela filha, ela é responsável por aquela criança.

Nós temos certeza, e acreditamos que a Justiça será feita, e nós vamos acompanhar par e passo essa vergonha que aconteceu na cidade de São Paulo, no Museu de Arte Moderna, nessa exposição lamentável, que não tem nada a ver com uma exposição de arte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação pelo PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pelo PT, tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, que vêm periodicamente ocupando essas galerias para poder reivindicar um direito deles, que a nossa bancada já há muito tempo se declarou plenamente favorável. Vamos continuar sendo favoráveis a essa demanda de vocês, através da PEC nº 5. (Manifestação nas galerias.)

Eu quero abordar aqui algumas questões. A primeira delas trata-se do Projeto de lei nº 860, de 2016, que trata da introdução do celular em sala de aula para fins pedagógicos. Sabemos que a utilização e introdução de tecnologia no processo de aprendizagem é uma realidade importantíssima, que não podemos mais voltar atrás.

Pelo contrário, a tendência é que isso cresça cada vez mais, é que essa introdução de novas tecnologias esteja não só em sala de aula, mas também nas escolas. Aliás, a grande maioria das escolas não tem nem wifi livre ainda.

Então eu me pergunto: “se não tem wifi livre, como nós podemos propor a utilização de celulares em sala de aula?”. De que maneira os professores irão controlar o uso pedagógico da sala de aula?

Eu tenho visitado escolas, até por conta da presidência da Comissão de Educação e Cultura, da qual eu faço parte, que eu presido. As classes são lotadas, 40, 42, 45 alunos para um professor.

Como esse professor vai controlar o que o aluno está fazendo ali no seu celular? Qual o acesso que ele está tendo, qual é o site que ele está utilizando? Ele está prestando atenção no conteúdo programático que a professora está ministrando ou ele está simplesmente fazendo um joguinho ali, desses joguinhos que as crianças e adolescentes gostam muito de utilizar nas suas redes sociais, nos seus celulares?

Mais do que isso. Quantas crianças dispõem desse aparelho no estado de São Paulo, na rede pública de Educação? Pelas estatísticas, 40% ainda da população brasileira não tem acesso à internet. Como vamos fazer para esses alunos terem esse aparelho?

A bancada do Partido dos Trabalhadores está colocando aqui uma emenda que diz o seguinte: “os estabelecimentos de ensino de que trata o caput deverão disponibilizar equipamentos eletrônicos e condições que permitam a realização da pesquisa virtual pelos alunos”.

O Governo do Estado não distribui nem a merenda de forma equitativa. O custo da merenda escolar é praticamente todo mantido pelas prefeituras municipais. O que o Governo repassa de valores para a merenda escolar é absolutamente insuficiente para colocar uma alimentação de qualidade para os estudantes, que dirá comprar essa ferramenta para ser utilizada como instrumento para promover o processo de aprendizagem!

Este projeto seria votado hoje, contudo solicitamos à liderança do Governo para que interrompesse a votação na noite de hoje para que pudéssemos fazer uma audiência pública na Comissão de Educação na próxima terça-feira trazendo especialistas que possam nos dar algumas informações adicionais, que possamos ter subsídios adequados para fazer um bom debate e ver que caminho iremos adotar, se esse é o caminho mais correto e adequado. Em momento algum estamos nos furtando em entender a importância dessas tecnologias, mas é preciso ter muita ponderação e muito cuidado quando vamos disponibilizá-las para a rede pública porque na rede pública nem todos os alunos têm condições econômicas para fazer essa compra. Mais do que isso: precisa ver com os professores, com os educadores, com os pedagogos se essa realmente é uma técnica importante para promover a aprendizagem.

Este é um dos aspectos que gostaria de salientar no que diz respeito a essas questões.

Outra coisa: apresentei projeto de lei na Casa proibindo que os clubes do Estado exigissem que babás e empregadas domésticas fossem devidamente uniformizadas para terem acesso a eles.

Havia liminar de um juiz concordando com essa posição: que os clubes não poderiam negar o ingresso dessas pessoas que não estivessem usando uniforme no seu interior. Mas essa liminar foi cassada e o Ministério Público continuou trabalhando nesse sentido. Só que para infelicidade do promotor, está no site do “Estadão” uma frase sua demonstrando os tempos sombrios que estamos vivendo: “Negro em geral é catinguento, fede demais, diz o promotor de Justiça de São Paulo que afirma ter feito ‘ironia’.”

O promotor em questão é o Sr. José Avelino Grota, do Ministério Público paulista, que usa o grupo MP/SP Livre no Face para falar de babás e pobre, que nasce feio e morrerá feio. Fui sarcástico, ácido diz ele.

Ele não foi só sarcástico e ácido. Ele foi altamente preconceituoso e cometeu um crime, é importante ressaltarmos porque as pessoas precisam ter cuidado quando usam as palavras seja se dirigindo a negros, seja se dirigindo a mulheres, seja se dirigindo a homossexuais, porque são seres humanos e precisam ser tratados com respeito. Está na coluna do Fausto Macedo, que acabou de sair no jornal “O Estado de S. Paulo”. Isso demonstra o nível que estamos vivendo e qual a dimensão desse tipo de comportamento que vemos na sociedade.

Agora quero dialogar fraternalmente com o deputado Carlos Cezar, que ocupou a tribuna de forma muito correta, levantando a questão da criança e do adolescente. Concordo plenamente nesse aspecto até porque o ECA, Estatuto da

Criança e do Adolescente, talvez uma das leis mais completas que foram elaboradas no que diz respeito a esse segmento no mundo, é reconhecido internacionalmente. Nesta exposição especificamente, à qual V. Exa. se refere, do MAM, do Museu de Arte Moderna, um dos grandes problemas foi que tudo tem que ser classificado. Não havia classificação também. Um filme, antes de ser exibido, sofre uma classificação, sendo liberado para dez anos, para 12, para 14, para 16, para 18, ou é livre.

Em um teatro é mesma coisa. Uma exposição de arte, na medida em que ela tem uma cena como essa, na qual a criança certamente não tem repertório para compreender o que o artista quis dizer com aquele nu, precisa também ter uma classificação. Essa é uma discussão importante a ser feita. Por quê? Porque não podemos censurar a arte.

A arte é arte, é uma expressão de um artista. Como já disse aqui na semana retrasada e volto a repetir, há peças que têm nus. Se formos à Capela Sistina, em Roma, veremos que no teto Michelangelo pintou aquilo e foi plenamente aprovado pela igreja na época do Renascimento. Portanto, temos isso nos quadros do Van Gogh, nos quadros do Rembrandt, nos quadros de grandes artistas internacionais. Há coisas que precisam ser olhadas como arte e há coisas que tem que ser olhadas e cuidadas para que criança não tenha determinados contatos.

Nesse aspecto, V. Exa. está coberto de razão. O que eu apenas discordo é que não podemos inibir e nem censurar determinadas artes. O que devemos fazer - e é obrigação, inclusive, do próprio Juizado da Infância e da Juventude, da Promotoria da Infância e da Juventude - é estabelecer os limites devidos a uma exposição, uma apresentação, um show, seja o que for, para que tenha uma classificação, a não ser que seja algo livre. O que é livre é livre.

Parece-me que inclusive que o Ministério Público da Vara da Infância e da Juventude já está abrindo um processo de investigação para poder saber o porquê que uma exposição com aquele conteúdo não recebeu uma proibição da entrada de crianças. Concordo plenamente. Acho que crianças não estão aptas para esse tipo de prática, de maneira nenhuma, e acho que é preciso, sim, cuidado nesse sentido. Apenas ressalvo que a arte também precisa ter as suas condições de ser manifestada e de ser expressada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Ramalho da Construção.

* * *

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Quero deixar claro que a arte... Tudo na vida tem que ter um limite. A arte da Capela Sistina, em Roma, veremos que colocou Beth Sáhão, é uma arte feita há séculos e séculos atrás, há milhares de anos atrás, que é respeitada e admirada por pessoas do mundo inteiro. O nu feito por uma pessoa é uma coisa.

O que não dá é deixar as crianças sendo expostas. Tudo na vida tem limite. Penso que ainda que a arte tenha a sua liberdade, não tem liberdade para fazer uma suástica, porque já vivemos um tempo em que a suástica de Hitler foi aquilo que levou à morte de milhares e milhares de pessoas, mais de 50 mil pessoas, mais de 20 mil judeus. Não se admite arte de uma suástica, não se admite arte de pedofilia, não vai se admitir arte de zoofilia, não vai se admitir arte de pornografia exposta à criança.

Tudo tem o seu limite e tenho a certeza, a convicção, que a Justiça de São Paulo vai imperar no rigor da lei, porque se um crime é cometido, ainda que de forma culposa, ele teve negligência, imperícia ou imprudência. Na minha visão, houve dolo ali, porque as pessoas permitiram que crianças entrassem e fizessem algo que as expusessem.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Carlos Cezar, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de hoje, de ir até o procurador-geral e levar as nossas indignações.

Infelizmente, não pude comparecer juntamente com V. Exa. e os demais deputados, mas quero deixar bem claro o nosso total apoio a esse movimento. Quero dizer a V. Exa. e aos demais deputados que ali estiveram que podem contar não somente com este deputado, mas com toda a bancada do PRB.

Estamos com V. Exa. nessa luta, para que realmente alguma coisa venha a ser reparada. Acreditamos que algo deva ser reparado. O que foi feito ali é algo realmente absurdo. Uma pessoa que tenha um mínimo de bom senso não pode aceitar passivamente aquilo que todos viram.

Vossa Excelência, juntamente com os demais deputados, tem nosso total apoio em relação a esse movimento.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 860, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 12.730, de 2007, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula. Com emenda. Parecer nº 164, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão, lembrando que vamos votar um projeto também acordado na sessão extraordinária. Esse projeto de hoje será encaminhado e votado apenas na terça-feira da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência retifica a matéria da sessão extraordinária já convocada:

- Projeto de lei Complementar nº 10, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.211, de 2013, que institui o Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os servidores ferroviários da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 23 minutos.

* * *

3 DE OUTUBRO DE 2017

Presidente: RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Secretários: ED THOMAS e RICARDO MADELANA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 10/17.

2 - FELICIANO FILHO

Solicita verificação de presença.

3 - PRESIDENTE RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado PLC 10/17. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda ao PLC 10/17. Encerra a sessão.

* * *